



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



03 de dezembro de 2007

Vol. 2 No. 17

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Rodada Doha: atraso na divulgação dos textos pode postergar acordo para 2008	1
Conferência sobre energia discute temas comerciais	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
CEPAL e o panorama social da América Latina: aumentam as esperanças, mas as desigualdades econômicas e sociais persistem	4
Farm Bill: impasse persiste	5
BREVES INFORMES MULTILATERAIS	6
OMC prioriza revisão da Ajuda para o Comércio	6
Banco Mundial: liberalização do comércio pode ajudar a combater mudanças climáticas	7
BREVES INFORMES REGIONAIS	8
ASEAN assina tratado de livre comércio com Japão e acordo de serviços com Coréia	8
Comissão de Constituição e Justiça aprova ingresso da Venezuela no Mercosul	8
EVENTOS	9
Fóruns Multilaterais	9
Fóruns Regionais	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Rodada Doha: atraso na divulgação dos textos pode postergar acordo para 2008

Os diplomatas da OMC aguardam há várias semanas que os presidentes das negociações sobre agricultura e acesso a mercado de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) apresentem os novos textos que servirão de base para um acordo em Doha. Esperava-se que os textos fossem divulgados em meados de novembro – o que não ocorreu – e alguns especialistas acreditam que a data mais real seja fevereiro de 2008. O diretor geral da OMC, Pascal Lamy, espera que a Rodada seja concluída até o final do próximo ano.

Benefícios do atraso

No que tange às negociações agrícolas, os Membros da OMC conseguiram avançar nas questões relativas às normas que regulamentam créditos à exportação e ajuda alimentar. Os negociadores acordaram, por exemplo, que o período de reembolso para os créditos à exportação seja de 180 dias. Também ficou estabelecido que a regulamentação de tais créditos seja feita pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, que tem por objetivo evitar que empréstimos governamentais sejam utilizados como subsídios.

Nas negociações agrícolas, o sucesso da redução de subsídios e a expansão do acesso a mercados dependerão de diversas variáveis técnicas e numéricas. Os Membros poderão, por exemplo, proteger produtos agrícolas considerados sensíveis das possíveis reduções em troca da ampliação de suas quotas de importação. Mesmo que os governos tenham acordado que o volume dessas quotas seja determinado em função dos níveis atuais de consumo, estes deverão determinar a metodologia utilizada para calcular os padrões de consumo e a designação desses produtos. Enquanto não resolverem essas questões, os Membros não conseguirão identificar claramente seus possíveis ganhos e perdas.

PONTES Quinzenal também está disponível online e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Espera-se que o presidente das negociações agrícolas, Crawford Falconer, convoque reuniões para discutir temas abordados em seu texto de julho deste ano. Estas reuniões teriam como objetivo debater temas relacionados a produtos especiais e ao mecanismo de salvaguarda especial (MSE), duas flexibilizações das normas que geram muita controvérsia e que poderiam ser utilizadas somente por países em desenvolvimento (PEDs). Produtos especiais são aqueles que estão sujeitos a pouca ou nenhuma redução tarifária, conforme indicação dos países justificada por questões de segurança alimentar, proteção dos meios de subsistência dos agricultores ou desenvolvimento rural. O MSE serviria como defesa comercial nos casos em que um aumento do volume das importações ou uma queda brusca no preço das importações ameaçassem a produção nacional.

Quanto mais cedo os textos estiverem prontos, mais cedo os países poderão negociar suas “moedas de troca”. Alguns especialistas, entretanto, sugerem que os textos serão publicados somente após o Fórum Econômico Mundial, a ser realizado em janeiro de 2008 em Davos, Suíça, e do qual participarão diversos Ministros de comércio.

Brasil e Índia questionam a TPA

Diplomatas brasileiros e indianos reunidos recentemente em Genebra solicitaram aos Estados Unidos da América (EUA) um mapeamento da evolução do processo de renovação da Autoridade de Promoção Comercial (TPA, sigla em inglês), expirada no final de junho deste ano. Analistas duvidam que o Congresso dos EUA decida sobre o assunto durante as campanhas eleitorais.

Será possível concluir a Rodada em 2008?

Durante conferência sobre Ajuda para o Comércio, ocorrida em Genebra em 20 de novembro (ver artigo relacionado nesta edição), Pascal Lamy afirmou que a conclusão da Rodada Doha até o final de 2008 somente será possível se os Membros chegarem a um acordo quanto às modalidades de negociação e vincularem-se a listas de compromissos, processo este que poderia levar vários meses.

Com o período pós-eleitoral nos EUA, entretanto, o fato é que a aprovação de um acordo na Rodada Doha passa a estar nas mãos das novas administração e Congresso estadunidenses, que assumem o poder em 2009. Alguns negociadores acreditam que se os Membros não avançarem significativamente em 2008, a futura administração estadunidense poderia entender que o esforço pelo ressurgimento das negociações não valeria a pena e, portanto, a Rodada Doha fracassaria.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. IV, No. 21, 27 nov. 2007.

Conferência sobre energia discute temas comerciais

Uma recente conferência que reuniu os grandes atores do setor de energia fez um apelo ao sistema multilateral de comércio: pediu-se que este apóie a estabilidade e a equidade do comércio de energia. Gerald Doucet, secretário geral do congresso mundial de energia, sugeriu que a OMC inicie um novo capítulo de negociações sobre energia, de modo a tratar especialmente das novas questões que surgem a partir da necessidade de aumentar significativamente o uso de energias limpas e renováveis.

Um novo relatório sobre “carbono embutido no comércio” mostra que os bens de consumo importados de economias emergentes trazem uma marca significativa de carbono, o que aumenta as discussões sobre as responsabilidades dos países produtores e consumidores com relação às reduções das emissões e à necessidade de um regime global capaz de tratar das mudanças climáticas e evitar que as emissões de carbono dos países que possuem políticas climáticas rígidas sejam transferidas para aqueles que ainda não as elaboraram.

Enquanto isso, a edição de 2007 do Panorama Mundial sobre Energia, elaborado pela Agência Internacional de Energia (AIE), prevê um rápido crescimento do consumo de energia e das emissões de carbono, especialmente pelo fato das economias emergentes crescerem em um ritmo mais acelerado do que o inicialmente previsto. De acordo com a AIE, os combustíveis fósseis com intensa emissão de carbono continuarão a dominar o cenário, a menos que ações inéditas sejam tomadas para direcionar o mundo rumo a uma economia que priorize a baixa emissão de carbono.

Lamy fala ao Congresso Mundial de Energia

Ocorreu em Roma, Itália, entre os dias 11 e 15 de novembro, a conferência trienal sobre energia, evento organizado pelo Conselho Mundial de Energia. Criado na década de 20, o Conselho possui membros do setor privado de energia e 94 países.

O evento tratou de questões como as diferentes opções para segurança energética e as mudanças climáticas. O comércio global esteve entre os principais enfoques da agenda, sobre o qual discursou o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy.

Pascal Lamy ressaltou que enquanto a OMC não tratar a energia como um setor específico, as regras gerais de comércio internacional serão aplicadas a todos os produtos comercializados. O setor energético, porém, é bastante singular, e, portanto, as regras da OMC nem sempre são as mais adequadas para tratar de questões relacionadas ao setor. Pascal Lamy ainda afirmou que maior atenção tem sido direcionada à relação entre energia e normas comerciais e que, apesar de ainda não haver um acordo específico sobre comércio de energia, o tema já aparece em diversas áreas da Rodada Doha, como as negociações sobre serviços de energia e sobre bens e serviços ambientais.

Ao final da conferência, o Secretário Geral do congresso, Gerald Doucet, discursou sobre a relação entre mudanças climáticas e o comércio e alertou sobre uma possível guerra comercial entre os que de fato preocupam-se com as emissões de carbono e os que não. De acordo com ele, esta guerra comercial pode eclodir se os países com políticas climáticas rígidas decidirem ajustar suas tarifas às importações provenientes de países mais negligentes em relação às mudanças climáticas. Tais problemas poderiam ser evitados por meio de um acordo global sobre mudanças climáticas.

Doucet também solicitou aos Membros da OMC que elaborem um acordo internacional sobre energia renovável. Atualmente, no contexto da OMC, padrões, subsídios e outras medidas que incentivam o desenvolvimento e a utilização de energias renováveis não são consideradas de forma global e ainda há falta de clareza quanto à legalidade de determinadas medidas.

Carbono embutido no comércio: quem deve ser responsabilizado?

Um relatório recentemente elaborado pelo Centro de Pesquisas Tyndall sobre Mudanças Climáticas da Universidade de *East Anglia*, no Reino Unido, levantou algumas questões sobre os atuais sistemas de contabilidade de carbono, baseados nas situações de cada país. O relatório, intitulado "*Who Owns China's Carbon Emissions?*" (Quem é dono das emissões de carbono da China?), concluiu que as exportações líquidas são responsáveis por 23% do total de emissões de gás carbônico da China, o que se deve ao *superávit* comercial deste país e ao nível relativamente alto de intensidade de carbono de sua economia.

O relatório faz um apelo aos países desenvolvidos (PDs) para que lidem com a questão das mudanças climáticas e assumam responsabilidades em relação a emissões passadas e atuais de carbono, além de

intensificarem transferência de tecnologia a países em desenvolvimento (PEDs).

Andrew Simms, diretor da Fundação *New Economics*, acusou os PDs de "lavagem de carbono", por transferirem suas indústrias poluentes a PEDs. Sindicatos de comércio e representantes da indústria pesada preocupam-se com a perda de empregos decorrente da transferência de indústrias para PEDs. Por possuírem padrões climáticos menos severos, os países receptores destas empresas acabam por lançar quantidades de gás carbônico na atmosfera tão altas quanto aquelas lançadas por PDs.

Durante a conferência, o economista chefe da AIE, Fatih Birol, destacou a necessidade de envolver todos os atores neste debate e afirmou que um terço das emissões de carbono chinesas é proveniente de atividades industriais que produzem bens para exportação, razão pela qual o problema deveria ser tratado conjuntamente por todos os países. Ainda de acordo com ele, a única solução é incentivar a China a construir um mundo mais sustentável.

Algumas das principais questões relacionadas às mudanças climáticas e ao comércio devem ser debatidas no encontro internacional sobre mudanças climáticas, que ocorrerá em Bali, Indonésia, entre 4 e 13 de dezembro. Nesta ocasião, representantes do mundo todo reunir-se-ão para definir os próximos passos das negociações de um futuro tratado sobre mudanças climáticas, que substituirá o Protocolo de Quioto.

China e Índia: principais poluidores do futuro

O Panorama Mundial sobre Energia da AIE, publicado em 7 de novembro, teve como foco os países não membros da Organização, especialmente China e Índia. O relatório mostrou que o consumo global de energia está aumentando devido à falta de ação governamental em diversos setores importantes da política. O documento ressaltou, ainda, que a China está prestes a ultrapassar os EUA e tornar-se o maior consumidor mundial de energia e emissor de carbono. A Índia, por sua vez, também deve ultrapassar os níveis do Japão e da Rússia nas duas próximas décadas.

A AIE chamou os governos a implementar imediatamente todas as políticas em análise, se quiserem ter alguma esperança de construir um mundo sustentável. O Panorama Mundial de Energia mostrou que na ausência de políticas efetivas, as importações de petróleo e gás, além do uso de carvão e as emissões de "Gases de Efeito Estufa", devem alcançar níveis muito mais altos até 2030, com taxas de

crescimento ainda maiores do que o previsto pelo relatório do ano passado. Ressaltou-se, ainda, que a demanda energética deve aumentar, até 2030, em mais de 50% em relação à demanda atual.

O relatório faz um apelo à comunidade internacional e pede que esta atente para a China e a Índia, já que o consumo energético destes dois países deve duplicar entre 2005 e 2030. A AIE apresentou um cenário de políticas alternativas que conduz a um sistema energético mais seguro, competitivo e de baixa emissão de carbono. Neste contexto, as emissões de CO₂ diminuiriam na década de 2020 e a demanda global por petróleo seria 14 milhões de barris por dia menor do que no cenário atual.

O relatório ainda encorajou os governos a melhorarem a eficiência energética, pois esta seria a maneira mais rápida, no curto prazo, de conter a demanda e o aumento das emissões de carbono, em particular na China e na Índia.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BridgesTrade BioRes*, Vol. 7, No. 20, 16 nov. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

CEPAL e o panorama social da América Latina: aumentam as esperanças, mas as desigualdades econômicas e sociais persistem

Em novembro deste ano, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) publicou relatório que avalia as últimas estatísticas sobre questões sociais na América Latina. Intitulado "*Panorama Social de América Latina 2007*", o documento destaca o crescimento do PIB por habitante ocorrido nos últimos quatro anos (de 2003 a 2007), o maior desde 1970. A CEPAL estima que essa tendência deverá manter-se em 2008, o que resultaria em cinco anos consecutivos de crescimento do PIB por habitante superior a 3%.

Redução da pobreza na América Latina

O primeiro capítulo do relatório mostra que a parcela da população latino-americana que vive em situação de pobreza tem diminuído significativamente desde os anos 80. Em 2006, esta parcela correspondia a 36,5% da população da região, 3,3 pontos percentuais abaixo do verificado em 2005. Por sua vez, a extrema pobreza ou indigência abarcava 13,4% da população em 2006, 2 pontos percentuais a menos que no ano anterior. As projeções para o ano de 2007 indicam a continuidade

desta queda. Estima-se, ainda, que o percentual de pessoas em situação de pobreza deve ficar em 35,1%, enquanto a porcentagem de indigentes será de 12,7%. Dessa forma, os números de pessoas em situação de pobreza e em extrema pobreza na América Latina devem ser, respectivamente, 190 e 69 milhões, os menores na América Latina desde 1980.

Apesar das conquistas da região como um todo quanto à redução da pobreza, nem todos os países latino-americanos apresentaram melhoria na redução da pobreza. Na Bolívia e Uruguai, por exemplo, a porcentagem da população nesta situação aumentou entre 2002 e 2006.

Os resultados apresentados pela CEPAL indicam, porém, que a América Latina deve conseguir alcançar a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) relativa à redução da pobreza até o ano de 2015. Brasil, Chile, Equador e México já alcançaram esse objetivo. Entretanto, alguns países – como Argentina, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai – cumpriram menos de 50% da meta até o momento.

O relatório ainda faz uma análise da segregação residencial e afirma que o problema da pobreza não pode ser mesurado apenas por dados numéricos. A segregação da população mais pobre reduz e deteriora as possibilidades de aprendizado e de convivência com a desigualdade e cria empecilhos ao acesso ao emprego e à educação, que, por sua vez, perpetuam a pobreza.

Gastos públicos com questões sociais

O relatório da CEPAL também analisa os gastos públicos destinados a políticas sociais na América Latina. Com algumas exceções, entende-se que as políticas sociais na região são prioridades econômica e fiscal, o que dá a elas garantias de financiamento, estabilidade e maior legitimidade institucional.

Apesar disso, os gastos com questões sociais na região ainda são insuficientes e as estruturas das políticas sociais devem adaptar-se constantemente a novos perfis de risco e necessidades sociais. Além disso, apesar de tais gastos contribuírem notavelmente para o bem-estar dos mais pobres e de terem um impacto significativo sobre a desigualdade, sua insuficiência impede que consigam contrabalançar a desigualdade gerada pela má distribuição das rendas primárias.

Educação: acesso e qualidade de ensino

O terceiro capítulo do relatório avalia os progressos registrados no âmbito da educação desde o início dos

anos 90. A CEPAL aponta que a expansão da cobertura educacional para crianças e jovens é uma das conquistas mais importantes da América Latina em matéria de educação.

Além disso, mais estudantes conseguem concluir os estudos secundários. Atualmente, cerca de 50% dos jovens completam o ensino secundário na América Latina. O acesso à educação superior, porém, permanece quase que exclusivo aos jovens de classe média e alta.

Outro problema identificado pela CEPAL é que a qualidade de ensino depende, em boa medida, dos recursos econômicos de que dispõem os estudantes, o que, por sua vez, depende da origem socioeconômica dos mesmos. Esta situação reproduz a desigualdade social da região e continua a ser um dos maiores desafios para os países latino-americanos.

Neste contexto, a CEPAL ressalta a importância de diminuir a segregação e segmentação escolar baseadas em desigualdades econômicas, de gênero, de origem étnica, etc, não apenas para aumentar a qualidade do ensino, mas também como parte de uma estratégia contra a polarização socioeconômica da região. Para tanto, a Organização apóia ações afirmativas, aumento nos salários dos professores, verbas para material escolar de qualidade, entre outras medidas.

Migração interna

O quarto capítulo do relatório analisa as tendências migratórias na região e conclui que, atualmente, os fluxos migratórios ocorrem entre regiões urbanas, e não mais do campo para a cidade.

Apesar das grandes cidades ainda serem atrativas na maioria dos países, quase todas aquelas com 5 milhões de habitantes ou mais apresentaram uma retirada de pessoas. O relatório conclui que a migração interna propicia a consolidação de uma rede de cidades menos assimétrica, o que é mais favorável ao desenvolvimento econômico e social. Ainda assim, a zona rural segue cada vez mais isolada e estancada.

O documento também mostra que a tendência migratória interna deve continuar a ser um fenômeno forte na região. De acordo com o senso de 2000, uma em cada três pessoas reside em um município diferente daquele no qual nasceu e quase uma em cada dez pessoas mudou-se de município nos últimos 5 anos. Acredita-se que, mantida essa tendência, os latino-americanos mudariam de município, em média, ao menos uma vez na vida.

Saúde dos povos indígenas

Por fim, o quinto e último capítulo do relatório aborda os avanços e as dificuldades apresentadas nas políticas e programas de saúde direcionados aos povos indígenas. A conclusão é que a maioria dos países latino-americanos apresentou progressos legislativos no que tange ao acesso a serviços de saúde para os povos indígenas. Apesar disto, muitos problemas persistem. A média de mortalidade infantil dos povos indígenas, por exemplo, é cerca de 60% maior que a média de mortalidade de crianças não indígenas.

A CEPAL entende ser necessário o cumprimento integral do direito à saúde, por meio do uso e desenvolvimento das medicinas tradicionais e da proteção dos espaços vitais e recursos naturais que as sustentam. A Organização também ressalta a importância da plena participação dos povos indígenas na elaboração de políticas e programas que os afetam.

O panorama social da América Latina

Diante desse cenário, a CEPAL conclui que a América Latina conseguiu avançar nos objetivos de redução da pobreza, de diminuição do desemprego e, em alguns países, houve até uma melhora na distribuição da renda.

Diversos problemas, no entanto, persistem. A desigualdade econômica e social mantém-se extremamente alta e deve continuar a ser a principal preocupação e desafio da região neste século.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

CEPAL. Panorama Social de América Latina 2007 (Síntese e Capítulos I a V). Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/30305/P30305.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 29 nov. 2007.

Farm Bill: impasse persiste

Os senadores democratas não conseguiram superar o impasse que bloqueia, já há duas semanas, a discussão da Ata de Segurança sobre Alimentos e Energia de 2007 (*Farm Bill*) no Senado estadunidense. O recesso de Ação de Graças marcou uma derrota para os defensores da *Farm Bill*: em 16 de novembro, votou-se a proposta do líder da maioria democrata, Harry Reid (Nebraska), de reduzir o tempo de debate ao permitir que somente certas emendas consideradas relevantes fossem discutidas em plenário. Eram necessários 60 votos favoráveis, mas o resultado foi de 55 votos a favor e 42 contra.

Com esta estratégia, Reid pretendia evitar que o pouco tempo que restava antes do recesso de Ação de Graças fosse gasto com outras discussões. Até o momento, foram contabilizadas 264 propostas de emenda, muitas das quais sequer relacionam-se a apoio à agricultura (uma delas prevê, por exemplo, a concessão de carteiras de motorista a trabalhadores agrícolas ilegais).

O líder da minoria republicana do Senado, Mitch McConnell (Kentucky), negou que os republicanos sejam responsáveis pelo impasse nas negociações. Segundo ele, os líderes democratas ignoram a tradição do Senado de debater abertamente e estão concedendo-se direitos extraordinários para escolher quais emendas serão permitidas. McConnell acredita que a *Farm Bill* será aprovada e acrescentou que o Senado estadunidense já passou por atrasos similares em 2002, quando o Congresso aprovou a lei atual.

Os democratas afirmaram que retomarão a *Farm Bill* após o recesso. O Presidente do Comitê de Agricultura do Senado, Tom Harkin (Iowa), também está confiante e afirmou que esta é apenas a primeira fase. O voto negativo, entretanto, ameaça a *Farm Bill* de ser aprovada ainda neste ano, pois após o recesso o Congresso estará envolvido numa intensa agenda de votação de mais de uma dezena de autorizações de gastos do Poder Executivo, o que inclui os polêmicos gastos militares com a campanha do Iraque.

Analistas acreditam que a *Farm Bill* foi alvo de manobras políticas próprias da luta pré-eleitoral, já que além da eleição presidencial, diversos congressistas deverão lutar para manterem-se em suas bancadas.

Os republicanos têm muito a perder se forem identificados como obstrutores de um sistema legislativo que concede bilhões de dólares a produtores e empresas agrícolas de numerosos condados dos EUA. Os democratas já foram fortemente criticados por apoiar um texto que dispõe sobre pouquíssimas das reformas prometidas ao longo de sua campanha congressista. Finalmente, a *Farm Bill* do Comitê de Agricultura também opõe-se à administração Bush, que ameaçou vetar o projeto por falta de reformas reais.

Caso não se chegue a uma decisão quanto à nova *Farm Bill*, o Congresso pode estender a presente legislação por mais alguns meses. Neste sentido, os senadores republicanos Bob Goodlatte (Virginia) e Jerry Moran (Kansas) apresentaram um projeto de lei que estende a vigência da *Farm Bill* até 30 de setembro de 2008. A administração Bush é fortemente contra este projeto, pois considera que certos objetivos estratégicos, como o incentivo aos biocombustíveis, não serão contemplados.

É importante lembrar que a *Farm Bill* foi aprovada por unanimidade pelo Comitê de Agricultura do Senado há poucas semanas e, desde outubro, encontra-se em debate no plenário do Senado. A Câmara de Representantes já aprovou sua própria *Farm Bill*. Para que seja lei, entretanto, ela deve ser confrontada e harmonizada com um instrumento similar no Senado. O texto final deve ser assinado pelo Presidente estadunidense.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 11, No. 38, 07 nov. 2007.

BREVES INFORMES MULTILATERAIS

OMC prioriza revisão da Ajuda para o Comércio

Doadores e receptores de Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade* – iniciativa que busca aumentar a capacidade dos países mais pobres de participarem do comércio internacional) reuniram-se na sede da OMC em Genebra, Suíça, entre os dias 19 e 21 de novembro, para revisarem a situação geral do programa. O objetivo deste encontro foi apresentar um panorama da distribuição da Ajuda para o Comércio, o que incluiu uma avaliação dos fluxos atuais, das falhas existentes e das melhorias necessárias, além da identificação dos próximos passos que deverão ser tomados por doadores e receptores e de como aperfeiçoar o sistema de monitoramento e avaliação da OMC.

Representantes de diversos governos, de bancos de desenvolvimento regionais, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), participaram da reunião. De acordo com um dos participantes, a revisão global, aberta ao público, foi uma oportunidade para colocar a Ajuda para o Comércio no centro das discussões e afirmou que há um consenso geral sobre o que precisa ser feito para responder às necessidades do programa.

Durante uma sessão do Conselho Geral da OMC destinada a discutir o tema, ocorrida em 21 de novembro, Pascal Lamy afirmou que a conferência ressaltou a importância de aprimorar as ferramentas utilizadas para medir o progresso do programa. Lamy também sublinhou que é preciso identificar e lidar com as necessidades em níveis nacional, setorial e regional.

Ainda de acordo com ele, é preciso maior engajamento da sociedade civil e do setor privado.

Pascal Lamy afirmou que o sucesso da Ajuda para o Comércio depende de 5 princípios chaves: (i) liderança e sentimento de participação nos países receptores; (ii) escolha de prioridades que gerem maiores investimentos; (iii) foco regional; (iv) aumento de financiamento; e (v) mobilização do setor privado.

Durante a reunião, ressaltou-se que a distribuição efetiva da Ajuda para o Comércio é essencial para assegurar sua sustentabilidade no futuro. O secretário geral da OCDE, Angel Gurría, afirmou que isto exigiria monitoramento dos repasses e dos resultados, para que seja possível acompanhar as mudanças do desempenho comercial em nível local. Ainda seriam necessários indicadores que comparassem doadores e receptores e que compilhassem dados de fácil compreensão.

Os participantes enfatizaram que a Ajuda para o Comércio não substitui as necessárias reformas econômicas domésticas, nem uma conclusão bem sucedida das negociações da problemática Rodada Doha. O presidente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, ressaltou, porém, que o crescimento econômico sozinho não foi suficiente para promover o desenvolvimento. De acordo com ele, o crescimento é útil à redução da pobreza, mas não é a única solução. Ele lembrou que, nos últimos cinco anos, a África apresentou altas taxas de crescimento econômico, mas poucos avanços na redução da pobreza.

Por fim, a conferência analisou as prioridades específicas regionais e sub-regionais identificadas nas três últimas reuniões regionais sobre Ajuda para o Comércio (ocorridas no Peru, nas Filipinas e na Tanzânia durante o segundo semestre de 2007). Considerou-se, por exemplo, que para muitos países da África e da Ásia Central, há extrema necessidade de cooperação regional e de projetos de infra-estrutura para diminuir os custos de transporte dos produtos exportados por países sem saída para o mar para o mercado internacional. As dificuldades de transporte também foram consideradas um obstáculo significativo ao comércio das ilhas do Pacífico. Na América latina, o financiamento ao comércio e a promoção das exportações continuam a ser as principais necessidades da região.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, Vol. 11, No. 41, 28 nov. 2007.

Banco Mundial: liberalização do comércio pode ajudar a combater mudanças climáticas

Segundo um novo relatório do Banco Mundial, políticas de liberalização comercial – especialmente de bens e tecnologias de baixa emissão de carbono – podem contribuir para o combate às mudanças climáticas. O relatório intitulado Comércio Internacional e Mudanças Climáticas (*International Trade and Climate Change – ITCC*) afirma que as taxas de emissões de carbono não prejudicam a competitividade industrial internacional dos países, ao passo que padrões de eficiência energética estão associados a um efeito mais prejudicial.

O estudo fez uso de análises econométricas para examinar duas das principais políticas de redução de emissões empregadas por países industrializados – taxas sobre emissões de carbono e padrões de eficiência energética – e como elas afetam a competitividade das indústrias de energia intensiva.

O relatório demonstrou que quando as taxas de emissão de carbono foram aplicadas, não houve prejuízo da competitividade industrial. Essas políticas, porém, estão freqüentemente acompanhadas de um aumento das exportações das indústrias de energia intensiva, o que dá maior credibilidade à idéia de que vários subsídios e exceções concedidos pela maior parte dos países às indústrias afetadas compensam-nas além do necessário. Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre as indústrias específicas de energia intensiva, apenas o setor produtor de cimento teve o comércio reduzido pela imposição de taxas de emissões de carbono.

Por outro lado, o relatório verificou que os padrões de eficiência – que têm sido implementados em diversos países industrializados e em países em desenvolvimento (PEDs) – são mais aptos a prejudicar a competitividade industrial. As indústrias metalúrgica e de equipamentos de transporte foram apontadas como particularmente afetadas pelas exigências de eficiência.

O relatório ressaltou, ainda, que medidas de tarifação alfandegária sobre produtos provenientes de países que não aplicam restrições às emissões de carbono poderiam violar as regras da OMC, o que daria início a um debate sobre o processo e os métodos de produção (PPMs, sigla em inglês). Uma análise simulada indicou que a “tarifa de Quioto”, proposta por alguns líderes europeus para ser aplicada sobre as importações dos Estados Unidos da América (EUA), poderia reduzir as exportações estadunidenses para a União Européia (UE) em até 7% – ou ainda mais,

conforme o comércio fosse desviado para países que não enfrentam esses entraves adicionais.

O relatório também examinou se as indústrias de energia intensiva são realocadas para PEDs como consequência da implementação de políticas de combate às mudanças climáticas nos países da OCDE. Este fenômeno, de acordo com o qual as emissões podem decair em certas regiões mas aumentar em outras, é chamado de “vazamento de carbono”. O estudo aponta para um aumento gradual na proporção importação-exportação das indústrias de energia intensiva em países desenvolvidos e um declínio gradual nesta proporção em algumas regiões em desenvolvimento, o que indica que a produção de energia intensiva é gradualmente transferida para os PEDs. Segundo o relatório, isto é resultado de diversos fatores, dentre os quais destacam-se as medidas de combate às mudanças climáticas dos países desenvolvidos. O relatório ressalta, entretanto, que esta não é uma tendência difundida, o que indica que as políticas contra as mudanças climáticas dos países industrializados têm sido elaboradas de forma a minimizar os efeitos negativos em seus setores mais competitivos.

O relatório identifica diversas barreiras tarifárias e não-tarifárias em PEDs como grandes impedimentos à transferência de tecnologias favoráveis ao clima e encoraja estes países a fortalecer a proteção à propriedade intelectual, o que estimularia a difusão de tecnologias limpas.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, Vol. 11, No. 40, 21 nov. 2007.

BREVES INFORMES REGIONAIS

ASEAN assina tratado de livre comércio com Japão e acordo de serviços com Coréia

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) e o Japão anunciaram, em 21 de novembro, que as negociações de um acordo de livre comércio foram concluídas. O acordo de “parceria econômica abrangente” compreende, entre outros temas, o comércio de bens e serviços, os investimentos e a cooperação para o desenvolvimento.

De acordo com uma declaração conjunta lançada na Cúpula da ASEAN, em Cingapura, as lideranças do

Japão e do bloco do sudeste asiático mostraram-se confiantes de que o acordo impulsionará o comércio e investimentos na região.

A Agência *France Presse* relatou que, com base no acordo, as tarifas de importação em cerca de 90% do comércio entre os dois lados serão suspensas nos próximos dez anos. Produtos como arroz, carne e laticínios permanecerão protegidos por serem considerados produtos sensíveis. Tanto o Japão como a ASEAN asseguraram ter colocado cerca de 70 categorias de bens na lista de redução tarifária acelerada, em sua maioria, produtos agrícolas, pesqueiros e químicos. As economias mais desenvolvidas da ASEAN (Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia) reduzirão, nos próximos 10 anos, 90% de suas tarifas sobre produtos japoneses, como bens de consumo eletrônicos e automóveis. As outras quatro (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnam) eliminarão suas tarifas dentro de 15 e 18 anos.

Espera-se que o Japão invista US\$ 300 milhões nos próximos cinco anos na ASEAN, a fim de melhorar a segurança marítima e a infra-estrutura portuária na região. A assinatura formal do acordo deve esperar a ratificação dos governos parceiros, mas as lideranças políticas parecem estar otimistas com relação à entrada em vigor do acordo já no próximo ano.

No mesmo dia, a ASEAN assinou um acordo de serviços com a Coréia do Sul, mais uma etapa de um processo de constituição de uma zona de livre comércio abrangente entre o bloco comercial formado por 10 nações e a terceira maior economia da Ásia.

A oferta coreana de abrir seu mercado às companhias da ASEAN vai além de seu comprometimento com a OMC. Negociações sobre regras de investimento, o último passo do processo de constituição da zona de livre comércio, devem continuar no próximo ano. Seul possui grande interesse em completar o acordo da ASEAN em breve, pois o bloco já assinou ou está em processo de negociação de outras zonas de livre comércio com demais concorrentes, o que inclui Japão, China e Índia.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, Vol. 11, No. 40, 22 nov. 2007.

Comissão de Constituição e Justiça aprova ingresso da Venezuela no Mercosul

Mais de um ano após o governo brasileiro ter declarado seu apoio ao ingresso da Venezuela ao Mercosul,

foram dados os primeiros passos para a concretização dessa decisão. Em 24 de outubro de 2007, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados emitiu parecer favorável ao Protocolo de Adesão, assinado em Caracas em 4 de julho de 2006 (ver Pontes Quinzenal, v. 2, n. 15, 5 nov. 2007, disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/07-11-05/BR.htm>).

Após diversos adiamentos, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, com 44 votos, o Protocolo. O passo seguinte será a submissão da discussão à votação no plenário da Câmara, para que o tema seja debatido no Senado e no Parlamento do Mercosul. A respeito da continuidade do processo de internalização do Protocolo, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou recentemente que a votação da entrada da Venezuela no Mercosul ficará para 2008, devido à atual obstrução dos trabalhos no plenário.

Oposição evoca cláusula democrática

Diferentemente da votação na CREDN (quando, em protesto, a oposição retirou-se da sala no momento da votação) nos dias que antecederam a votação na CCJ houve grande esforço por parte da oposição em ampliar a base de deputados contrários à entrada da Venezuela no bloco. Tais medidas, entretanto, foram insuficientes para garantir a interrupção da internalização do Protocolo de Adesão.

Assim como o acalorado debate na CREDN, o debate na CCJ pautou-se mais no questionamento do caráter democrático do governo de Hugo Chávez do que na decisão de alargar ou não o bloco. Nesse sentido, o Deputado ACM Neto (DEM/BA) afirmou que “não se pode admitir que um país onde não há democracia plena componha um mercado comum extremamente estratégico para o Brasil e para a América do Sul”.

Embora crítico ao governo Chávez, o relator da matéria, Deputado Paulo Maluf (PP-SP), argumentou que a adesão do país andino ao bloco regional está em conformidade com o artigo 4º da Constituição brasileira, que orienta o país a buscar a integração econômica, política, social e cultural na América Latina.

Outros deputados favoráveis ao Protocolo de Adesão evocaram argumentos econômicos, referentes ao intenso intercâmbio comercial praticado entre Brasil e Venezuela, na tentativa de demonstrar que a rejeição da proposta segue no contrafluxo da aproximação econômica.

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou ter “confiança que a entrada da Venezuela no Mercosul será boa para o Brasil, economicamente e politicamente, pela estabilidade; será boa para o

Mercosul, porque nós estaremos dando uma vértebra maior à integração de toda a América do Sul; e será boa para Venezuela, pois o convívio com as democracias do Mercosul ajudará a reforçar ainda mais as forças democráticas na Venezuela”.

Cabe destacar que o processo de internalização jurídica do Protocolo pelo qual passa o Brasil já foi concluído pelos congressos uruguaio, venezuelano e argentino. Resta apenas que Paraguai e Brasil apresentem uma posição final, já que o Protocolo de Adesão exige que a decisão seja tomada por consenso entre os Membros.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Câmara dos Deputados. “Chinaglia: entrada da Venezuela no Mercosul fica para 2008” (29 nov. 2007). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=114615&searchterm=Venezuela>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

Câmara dos Deputados. “CCJ aprova adesão da Venezuela ao Mercosul” (21 nov. 2007). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=%20114049>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) (21 nov. 2007). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=373907>. Acesso em: 30 nov. 2007.

Folha de São Paulo. “Oposição fecha posição contrária à entrada da Venezuela no Mercosul” (21 nov. 2007). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u347273.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

Mercosul. Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul (4 jul. 2006). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Noticias/pt/Top_Venezuela_pt.html>. Acesso em: 30 nov. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

04 e 05 de dezembro

Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento

04 de dezembro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

Lançamento do Relatório do Comércio Mundial 2007

05 de dezembro

Reunião do Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias

07 de dezembro

Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

10 e 12 de dezembro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Turquia

10 a 12 de dezembro

Reunião do Grupo de Negociações sobre Facilitação ao Comércio

13 de dezembro

Reunião do Comitê de Compras Governamentais

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=12&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2007&month=11&day=1>>.

04 e 05 de dezembro

41ª Sessão do Grupo Conjunto de Conselheiros OMC/UNCTAD

Local: Genebra, Suíça.

04 e 05 de dezembro

Seminário sobre biocombustíveis
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

06 de dezembro

Seminário sobre ciência, tecnologia, inovação e tecnologias da informação e da comunicação
Local: Genebra, Suíça.

06 de dezembro

Apresentação do Index de Comércio e

Desenvolvimento da UNCTAD

Local: Manila, Filipinas.

10 a 14 de dezembro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII
Local: Genebra, Suíça.

12 de dezembro

Seminário sobre a globalização das logísticas portuárias nos países em desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.

14 de dezembro

Apresentação do Index de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD
Local: Bancoc, Tailândia.

17 a 21 de dezembro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

MERCOSUL

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

04 de dezembro

13ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas do FOCEM

Local: Montevideú, Uruguai.

06 e 07 de dezembro

Reunião Plenária do Sub-Grupo de Trabalho n. 07 sobre indústria

Local: Montevideú, Uruguai.

10 de dezembro

Reunião Preparatória do Grupo Mercado Comum
Local: Montevideú, Uruguai.

10 a 12 de dezembro

Reunião Especializada de Cooperativas
Local: Montevideú, Uruguai.

10 a 14 de dezembro

Reunião Ordinária do Sub-Grupo de Trabalho n. 01 sobre Comunicações

Local: Montevideú, Uruguai.

11 e 12 de dezembro

70ª Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum
Local: Montevideú, Uruguai.

16 de dezembro
Reunião do Conselho Mercado Comum Preparatório
Local: Montevideú, Uruguai.

17 de dezembro
34ª Reunião do Conselho Mercado Comum
Local: Montevideú, Uruguai.

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

04 de dezembro
Seminário sobre facilitação ao comércio como instrumento de apoio às pequenas e médias empresas
Local: Santiago, Chile.

06 de dezembro
Fórum regional sobre políticas de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento na América Latina
Local: Santiago, Chile.

10 de dezembro
Seminário regional sobre justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais
Local: Santiago, Chile.

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

04 de dezembro
Seminário sobre prevenção da evasão fiscal
Local: Madrid, Espanha.

04 e 05 de dezembro
Seminário sobre administração pública
Local: Paris, França.

05 de dezembro
Apresentação das principais conclusões da avaliação das políticas de inovação da China
Local: Bruxelas, Bélgica.

07 de dezembro
Apresentação do relatório “*Health at a Glance*”
Local: Washington, EUA.

11 e 12 de dezembro
Fórum global sobre administração da dívida pública
Local: Washington, EUA.

11 e 12 de dezembro
Reunião sobre o esquema da OCDE para a aplicação de padrões internacionais para frutas e vegetais
Local: Paris, França.

11 a 13 de dezembro
Reunião Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ONU analisa distribuição geográfica da AIDS no mundo

Estudo do Programa das Nações Unidas para HIV/AIDS (UNAIDS, sigla em inglês), intitulado “AIDS Epidemic Update 2007”, analisa a distribuição geográfica da AIDS no mundo. Segundo a publicação, a epidemia de HIV na América Latina manteve-se estável no número de casos de infecção, mas cabe destacar que o vírus continua afetando populações com comportamento de risco. O conteúdo integral da publicação pode ser acessado no sítio eletrônico: <http://data.unaids.org/pub/EPISlides/2007/2007_epiupdate_en.pdf>.

OMC realizou primeira avaliação do programa “Aid for Trade”

De 20 a 21 de novembro, a OMC realizou, em conjunto com agências internacionais, a primeira avaliação global do programa “Aid for Trade”, que visa à expansão da capacidade de comércio dos países em desenvolvimento. O resultado da avaliação encontra-se disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/global_review_prog_e.htm>. Maiores informações sobre o Programa podem ser acessadas em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/aid4trade_e.htm>.

OIT lança publicação sobre trabalho escravo no Brasil

O Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil lançou, em 20 de novembro, o livro “Possibilidades Jurídicas de Combate ao Trabalho Escravo”, uma coletânea de quatro artigos de especialistas sobre o tema: Daniel de Matos Sampaio Chagas, auditor fiscal do trabalho; Márcio Túlio Viana, juiz do Trabalho e professor da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador Geral do Trabalho; e Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Pará. O *release* da publicação pode ser acessado em:

<http://www.oitbrasil.org.br/prgativ/tip/campanha/escravidao_contemporanea.php>.

Governo brasileiro organizará curso sobre disputas na OMC

O Sub-secretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, anunciou, em novembro, que o Itamaraty organizará, em 2008, um curso sobre solução de disputas na OMC para países africanos e latino-americanos. Maiores informações sobre esse curso serão disponibilizadas em breve no site do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.mre.gov.br/>).

Feira da Inovação ocorrerá em Porto Alegre

De 4 a 7 de dezembro, será realizada a Feira da Inovação em Porto Alegre. Serão expostos os 17 trabalhos mais inovadores dentre os 1700 apresentados no concurso “Experiência em Inovação Social” de 2006 e 2007. Trata-se de uma iniciativa convocada pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com apoio da Fundação W.K. Kellogg. Outras informações estão disponíveis em: <www.cepal.org/ddds/innovacionsocial> ou em: <<http://www.wkkf.org/default.aspx?LanguageID=1>>; ou ainda pelo telefone (56-2) 210- 2297; ou pelo e-mail: <innovacion.social@cepal.org>.

Pré-evento da Unctad XII no Rio de Janeiro

A “Conference on Biofuels: An option for a less carbon-intensive economy”, reunião inter-governamental que compõe o calendário dos pré-eventos da XII Conferência Anual das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), ocorrerá nos dias 4 e 5 de dezembro, no Rio de Janeiro. A reunião tem como temas principais: (i) a mudança climática como desafio ao desenvolvimento; (ii) o mercado global de biocombustíveis; e (iii) aspectos comerciais e de desenvolvimento sustentável do mercado de biocombustíveis. Para maiores informações sobre o evento, acesse: <<http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intltemlD=2068&lang=1&m=14692>>.

IEA realiza seminário sobre papel dos cientistas

O Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) realizará, no dia 10 de dezembro, o seminário “A Responsabilidade Social dos Cientistas”. O evento ocorrerá às 14h, no Auditório Alberto Carvalho da Silva, à Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, Cidade Universitária, São Paulo. Para mais informações, falar com Sandra Codo (sancodo@usp.br).

NetComex organiza seminário na área de comércio exterior

O Portal NetComex realizará, em 10 de dezembro, em São Paulo, o I Seminário NetComex “Prestação de Serviços ao Comércio Exterior”. O objetivo do seminário é apresentar aos profissionais da área a evolução dos serviços oferecidos nas diversas áreas de negócios, bem como apresentar cenários do comportamento do mercado para 2008. O seminário ocorrerá das 8h30 às 18h, na Rua Boa Vista, 51, 11º andar. A inscrição custa R\$ 360,00, com desconto para ex-alunos e pode ser feita por contato via e-mail (fernanda@netcomex.com.br) ou telefone 11-2157-0479/ 3673-4822. Para mais informações, acesse: <http://www.netcomex.com.br/agenda.asp?id_curso=73&id_tipo=2>.

FGV realizará workshop em parceria com Michigan State University

Em parceria com a Michigan State University (MSU), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizará o “International Workshop on Institutions, Policy Performance and Cooperation”, nos dias 12 a 14 de dezembro, na FGV-SP. A iniciativa pretende promover intercâmbio intelectual e colaborações entre os indivíduos e os programas da MSU e FGV. Mais informações, bem como o programa do curso, podem ser obtidas pelo contato via e-mail: <eventos.economia@fgv.br>.

LSA lança chamada de trabalhos para encontro de 2008

A *Law and Society Association* (LSA) lançou chamada de trabalhos para seu encontro anual de 2008. Os trabalhos devem se enquadrar em uma das seguintes áreas: direito e desenvolvimento; *rule of law* e história institucional; direito e países em desenvolvimento; abordagens nacionais sobre *state-building* e transição; reforma agrária: teoria e prática; direito, desenvolvimento e impérios coloniais; entre outros. O prazo final para envio de trabalhos é 12 de dezembro de 2007. Para maiores informações, acesse: <http://www.lawandsociety.org/ann_mtg/am08/call.htm#SUBMISSION>.

Harvard Law School e Stanford Law School lançam chamada para trabalhos

A *Harvard Law School* e a *Stanford Law School* lançaram chamada de propostas de trabalhos para a “International Junior Faculty Conference”, que ocorrerá em Stanford, Califórnia, de 16 a 19 de outubro de 2008. O objetivo da conferência é estimular o intercâmbio internacional de idéias e pesquisa entre os acadêmicos da área jurídica, e encorajar novos trabalhos de jovens

pesquisadores. As propostas podem discorrer sobre diversos temas relevantes no Direito, por exemplo, sobre o papel e funcionamento dos sistemas legais no mundo moderno ou no passado. As propostas devem ser apresentadas em inglês, e o prazo final para seu envio é 4 de janeiro de 2008. Se a proposta for aceita, o trabalho final deverá ser apresentado até 23 de maio de 2008. As propostas devem ser enviadas para os seguintes endereços eletrônicos: <alford@law.harvard.edu> (Professor William P. Alford) e <lmf@stanford.edu> (Professor Lawrence M. Friedman). Para maiores informações contatar os mesmos professores por e-mail.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

